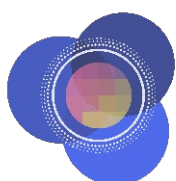


CADERNOS *de* **REGIONALISMO ODR**

Volume 7 | Número 1 | 2023



CADERNOS *de* **REGIONALISMO ODR**



GRUPO DE PESQUISA VINCULADO À REPRI
OBSERVATÓRIO
de
REGIONALISMO

REDE DE PESQUISA EM POLÍTICA EXTERNA E REGIONALISMO

Comissão Científica

Bárbara Carvalho Neves
Cairo Gabriel Borges Junqueira
Guilherme Augusto Guimarães Ferreira
Heitor Erthal
Kallan Sipple
Mariana Cabral Campos
Maurício Luiz Borges Ramos Dias
Samyah Venturi Becker

OBSERVATÓRIO DE REGIONALISMO

Coordenação

Cairo Gabriel Borges Junqueira
Guilherme Augusto Guimarães Ferreira

CADERNOS DE REGIONALISMO ODR: DOSSIÊ - 2023
Anuário de Regionalismo

Corpo Editorial

Bárbara Carvalho Neves
Heitor Erthal
Mariana Cabral Campo

Revisão

Bárbara Carvalho Neves
Kallan Sipple
Maurício Luiz Borges Ramos Dias
Samyah Venturi Becker

Diagramação e Projeto Gráfico

Bárbara Carvalho Neves
Heitor Erthal
Mariana Cabral Campos

Pesquisadores

Bianca Silva Gonçalves
Giulia Ribeiro Barão
Guilherme Augusto Guimarães Ferreira

Guilherme Dias do Carmo
Guilherme Geremias da Conceição
Heitor Erthal
Heloisa Cristina Malta
Jacqueline Gobbis Arantes
Jaqueline Trevisan Pigatto
João Roberto Fava Junior
Kallan Sipple
Layssa Fernanda Lins dos Santos
Luan Olliveira Pessoa
Mariana Cabral Campos
Marta Cerqueiro Melo
Maurício Luiz Borges Ramos Dias
Patrícia Nasser de Carvalho
Paulo Cesar dos Santos Martins
Suzana Ribeiro Souza
Tainá Siman
Thiago Moreira Gonçalves
Victor Ferreira Almeida
Vitória Totti Salgado

ISSN: 2675-6390

Observatório de Regionalismo - Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas
Praça da Sé, 108 - 3º Andar - Sé - São Paulo - SP - CEP: 01001-900
Telefone: (11) 3116-1770 / (11) 3116-1780
Site: <http://observatorio.repri.org/>
E-mail: observatorioderegionalismo@gmail.com

CADERNOS DE REGIONALISMO ODR
DOSSIÊ - 2023
Anuário de Regionalismo

SUMÁRIO

Apresentação - Guilherme Augusto Guimarães Ferreira	7
Pode o povo governar um país na América do Sul? Nuances do golpismo no Brasil e no Peru atuais - Marta Cerqueiro Melo	10
Cooperação trilateral entre Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos: a reaproximação nipo-sul-coreana à vista no horizonte? - Maurício Luiz Borges Ramos Dias	19
Revitalizando as relações entre União Europeia e América Latina: a cooperação no âmbito da segurança - Vitória Totti Salgado	27
100 dias do terceiro governo de Lula: as viagens presidenciais e seus impactos na integração regional - Thiago Moreira Gonçalves	36
Promoção e difusão da língua portuguesa como projeto regional: Histórico e atuação do IILP/CPLP (Parte I) - Giulia Ribeiro Barão	45
Promoção e difusão da língua portuguesa como projeto regional: Parte II - Giulia Ribeiro Barão	54
Runasur/Runasul: qual o lugar da iniciativa no renascimento do regionalismo pós-hegemônico? - Tainá Siman	60
Política externa e saúde: Avanços e desafios durante o primeiro semestre de Lula III - Heitor Erthal	66
Colonialismo, Meio Ambiente e Integração Regional - Layssa Fernanda Lins dos Santos	74
Brexit e o Paradoxo da Soberania - Kallan Sipple	81
ODR Convida: Regionalismo, ODS e Agenda 2030: O papel da governança global sobre o Pacto Global Digital - Jaqueline Trevisan Pigatto, Jacqueline Gobbis Arantes e Heloisa Cristina Malta	91
Integración Física Ferrocarril entre Argentina y Chile: el caso del proyecto Trasandino del Sur - Paulo Cesar dos Santos Martins	100
A adesão plena do Irã na Organização para Cooperação de Xangai (OCX/SCO): alcances e limitações - Guilherme Geremias da Conceição	109

SUMÁRIO

Mais uma vez, a França: antigos e recentes reveses do Acordo de Livre Comércio União Europeia-Mercosul - Patrícia Nasser de Carvalho	119
O bicentenário do Dois de Julho e sua comemoração na Argentina - Luan Olliveira Pessoa	129
A Política Externa do Governo Bolsonaro na emergência sanitária da COVID-19 - Mariana Cabral Campos	141
A CELAC e o regionalismo latino-americano entre as interpretações do Brasil e do México - João Roberto Fava Junior	151
A inserção da agenda ambiental em mega-acordos comerciais: entre a oportunidade de efetividade e a instrumentalização - Suzana Ribeiro Souza	160
ODR Aberto: Soluções africanas para problemas africanos: a Agenda 2063 como uma visão de futuro para a África e o caso do Mali como tradução dos desafios da União Africana - Bianca Silva Gonçalves e Guilherme Dias do Carmo	165

COLONIALIDADE, MEIO AMBIENTE E INTEGRAÇÃO REGIONAL

Layssa Fernanda Lins dos Santos

Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Sergipe

E-mail: fernanda.linsd@gmail.com

A América Latina, como periferia do mundo, possui seus fatores econômicos, políticos, sociais e culturais respaldados em um contexto histórico de exploração. A partir disso, para refletir acerca da região, é interessante resgatar a conjuntura de sua constituição colonial para compreender os reflexos na contemporaneidade. Assim, este ensaio pretende discutir as dinâmicas exploratórias focadas no capital, enfatizando a esfera do meio ambiente - essencialmente a Amazônia -, na qual essa questão se associou ao desinteresse do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) com a pauta ambiental e perspectivas de integração para proteção do bioma amazônico. Por fim, cabe destacar algumas iniciativas tomadas no novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011/2023-atualmente) no que tange a essas temáticas.

Nesse viés, o ano de 1492, com o “descobrimento” da América, marca o momento de reconhecimento da Europa como centro do mundo e, conseqüentemente, a posição periférica latino-americana (Dussel, 1993). Desse modo, origina-se o “mito da modernidade”, que está intrinsecamente ligado à colonialidade, em que se estabeleceu a simplificação da realidade e proliferação de dinâmicas hierárquicas sustentadas por estruturas de dominação econômica, cultural e epistemológica, que encobriram o outro e ressaltaram a supremacia dos valores europeus em diversos domínios da sociedade (Quijano, 2005). Dessa forma, os Estados da região foram construídos a partir da ambição daqueles que pertenciam às classes dominantes - indivíduos brancos e de origem europeia que reprimiam povos nativos e negros - em prol do fortalecimento econômico (Ianni, 1988).

Logo, o processo de colonização na América foi um dos pilares para a estruturação

da economia mundial e, portanto, do sistema capitalista (Cocato, 2021). Enquanto colônia e mesmo após o fim do período colonial, os países da América Latina dispõem, até hoje, de uma posição de dependência guiada por uma racionalidade mercantilista e extrativista. A exploração de recursos naturais passou a ser justificável para o alcance do, suposto, desenvolvimento, através de um processo que contribui ainda mais para a degradação ambiental e, conseqüentemente, atinge comunidades vulneráveis - como povos originários e outras minorias vinculadas à terra, que foram marginalizados por um processo civilizatório homogeneizador que reverbera até hoje (Costa; Loureiro, 2019).

Nesse contexto, o ideal de maximização de capital e interesses em todas as esferas da vida, característica da lógica neoliberal, acaba interferindo diretamente na questão ambiental. Direcionando o olhar ao Brasil, observa-se que durante o governo de Jair Bolsonaro, e em comparação ao período de 2015 a 2018, o desmatamento da Amazônia chegou a aumentar em 59,5% e, em contrapartida, o número de multas aplicadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em crimes contra a flora tiveram uma queda de 38% (Salim et al., 2023). Essas estatísticas evidenciam, como foi prometido por Bolsonaro, o afrouxamento da vigilância ambiental (Salim et al., 2023) - a favor de políticas empreendedoras voltadas apenas para o interesse de quem as sustenta. Tal lógica destaca a exportação de commodities como

[...] carro chefe da economia, visto que, além da exportação de produtos brutos, primários, muito dos produtos semimanufaturados e manufaturados são intensivos em recursos naturais e foram manufaturados por meio de tecnologias intermediárias. [...] as conseqüências socioambientais são evidentes, pois esse verdadeiro saqueio de recursos naturais é indissociável das expropriações que, por sua vez, adensam os conflitos socioambientais no Brasil, América latina, África e em grande parte da Ásia. Em outros termos: as frações burguesas locais, seus sócios majoritários e os governos que manejam o Estado (como se depreende do BNDS, do novo Código florestal, do desmembramento do Ibama) aprofundam o capitalismo dependente, as expropriações e a exploração (Leher, 2015, p. 15 apud Costa; Loureiro, 2019, p. 680).

Seguindo essa linha de raciocínio, o sentido do “mito da modernidade” e da colonialidade se mantém vivos na atualidade a partir do aperfeiçoamento de um ideal exploratório e do encobrimento do outro. O enraizamento de hierarquias fundamentadas na supremacia branca/europeia e na lógica do capital, presentes na razão colonial, além

de serem responsáveis por fomentar a exploração predatória da natureza, interferem diretamente no dia a dia e bem-estar de povos que foram subjugados desde o início da modernidade.

Por sua vez, o governo Bolsonaro contribuiu para a perpetuação dessa dinâmica, pois, para além de números alarmantes de desmatamento, estabeleceu a paralisação de demarcação de terras indígenas e promoveu políticas anti-indigenistas, tendo proferido falas excludentes como: “cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós” (G1, 2020, s/p).

O Brasil sempre possuiu uma grande vocação para o protagonismo regional, no que se refere, principalmente, à questão ambiental. A Amazônia ocupa 7,8 milhões de quilômetros quadrados e é composta por doze macrobacias e 168 sub-bacias hidrográficas, se dividindo no território de oito países, estando 60,3% presente no Brasil, 11,3% no Peru, 6,87% na Bolívia, 6,95% na Colômbia, 6,73% na Venezuela, 3,02% na Guiana, 2,1% no Suriname e 1,48% no Equador - com 1,15% na Guiana Francesa, território ultramarino da França (Costa, 2020). Ainda assim, nesse período percebeu-se a instauração de políticas ambientais controversas e o rompimento com iniciativas progressistas latino e sul-americanas (Hirst; Maciel, 2022).

Segundo Junqueira e Milani (2019), a América do Sul possui como característica uma frágil institucionalização dos blocos regionais, além de alterações nos organismos regionais encaminhadas pelas mudanças de governo que refletem novas posições políticas e ideológicas. Dessa maneira, iniciativas como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), que carregavam propostas para além de um viés econômico, abrangendo, por exemplo, áreas sociais, políticas e ambientais, acabaram entrando em processo de desmonte, já que a nova onda conservadora que emergiu na região recorreu a retomar a pauta neoliberal (Jaeger, 2019 apud Antunes, 2020). Nesse sentido, a UNASUL, que apresentava um grande potencial para a autonomia regional, principalmente no que se refere à região amazônica - ainda que sem nenhum esforço regional significativo para a sua proteção - fica à mercê dos países hegemônicos (Antunes, 2020).

Por outro lado, no governo atual, o presidente Lula, desde sua campanha, ressaltou diversas vezes o seu compromisso com o meio ambiente e a sustentabilidade, reforçando, também, a necessidade de uma integração entre os países amazônicos para a

proteção do bioma (Rodrigues; Borges, 2023). A pauta ambiental é um dos pilares do novo governo, que tem buscado tomar medidas para reverter a degradação ambiental. No primeiro dia de governo, alguns decretos voltados à questão ambiental foram assinados, como a retomada do Plano de Ação para a Preservação e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal (PPCDAm), que havia sido extinto por Bolsonaro (Salim et al., 2023).

Ademais, no dia 30 de maio de 2023 foi realizado um encontro que contou com a presença de 11 países da América do Sul, sendo eles: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Suriname, Uruguai, Venezuela e Peru. Durante a sessão, Lula fez questão de destacar as raízes históricas comuns entre os países, a necessidade de união para a superação das ameaças sistêmicas da atualidade e a importância de definir ações concretas de cooperação para o combate à mudança climática e proteção do meio ambiente e povos indígenas (Stuckert, 2023). Além disso, foi proposta a reorganização da UNASUL sem que as diferenças ideológicas sejam um impedimento (Rodrigues; Borges, 2023).

Entretanto, nem tudo é feito de bons momentos. Recentemente, como uma possível forma de represália após o IBAMA barrar o projeto que visava explorar o petróleo na foz do Amazonas, foi aprovada a Medida Provisória (MP) 1154/23. Através dessa MP, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática perdeu a pasta do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e o Ministério dos Povos Indígenas deixou de ser responsável por reconhecer e demarcar as terras indígenas (ICL, 2023). Como observado por Magagna e Campelli (2023), tais medidas podem contribuir, mais uma vez, para o afastamento do Brasil da questão ambiental e prejudicar a imagem que vem tentando recuperar, de uma postura ambientalista e de combate ao desmatamento da Amazônia.

Outrossim, cabe ressaltar a realização da Cúpula da Amazônia que ocorreu entre os dias 8 e 9 de agosto de 2023, na cidade de Belém. A reunião contou com a participação de líderes dos Estados-membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) - que engloba os oito países com território amazônico -, evocando, através da Declaração de Belém, a importância de estabelecer o diálogo e cooperação para a proteção do bioma e dos povos da região, além da necessidade de cobrar aos países mais desenvolvidos recursos para mitigar os efeitos da mudança da mudança climática. Porém,

o texto deixou de lado pontos cruciais, uma vez que não determinou metas concretas acerca do desmatamento, por exemplo, ou que indicasse a questão da exploração de petróleo e mineração no bioma (Peixoto, 2023). Assim, a partir do que foi debatido na Cúpula da Amazônia, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2023 - COP 28 - que acontecerá em novembro, nos Emirados Árabes Unidos, deve contar com posições conjuntas entre os oito países, além de ser uma oportunidade para firmar compromissos com a preservação da Amazônia e reafirmar o comprometimento do Brasil com a agenda ambiental (Gov.br, 2023).

Destarte, em virtude de um contexto histórico essencialmente exploratório e vinculado à uma estrutura de maximização de capital, o Brasil ainda se encontra em uma posição de significativa apropriação e degradação ambiental. Nessa perspectiva, a colonialidade está enraizada na sociedade atual e é, também, projetada para comunidades originárias que ainda passam por um processo de invisibilização de sua cultura. Então, ao passo que o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática e o Ministério dos Povos Indígenas perdem pastas tão importantes, pode haver um prejuízo na efetivação de políticas socioambientais e indigenistas, perpetuando um cenário de devastação ambiental e marginalização dos povos tradicionais, bem como detendo possíveis projetos de cooperação voltados para essas questões, em especial a proteção da região amazônica.

Como citar:

DOS SANTOS, Layssa Fernanda Lins. Colonialidade, meio ambiente e integração regional. **Cadernos de Regionalismo ODR**, São Paulo, v. 7, 2023, p. 74-80. ISSN: 2675-6390.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, D. O processo de declínio da Unasul: causas e consequências para o regionalismo sul-americano. *Estudos Internacionais: Revista De relações Internacionais Da PUC Minas*, v. 9, n. 1, p. 131-149, 2021.

COCATO, Guilherme Pereira. Pós-extrativismo e decrescimento: formas de superação do capitalismo. *Revista Geografia em Atos (Online)*, v. 6, p. 1-7, 2022.

COSTA, Camila. Amazônia: O que ameaça a floresta em cada um de seus 9 países? BBC, [S. l.], s/p, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51377232> . Acesso em: 31 maio 2023.

COSTA, César Augusto; LOUREIRO, Carlos Frederico. Os “sem-direitos” e as lutas sociais: contribuições a partir de Enrique Dussel. *Rev. Trabajo y Sociedad*, n. 33, p. 103-117, 2019.

DUSSEL, Enrique. 1492: O encobrimento do outro - A origem do mito da modernidade. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.

GOV.BR. Planalto Com presidente da COP-28, Lula trata de transição energética e emergência climática. *Gov*, [s. l.], 9 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/08/com-presidente-da-cop-28-lula-trata-de-transicao-energetica-e-emergencia-climatica>. Acesso em: 20 out. 2023.

G1. ‘Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós’, diz Bolsonaro em transmissão nas redes sociais. G1, [S.l.], s/p, 24 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/24/cada-vez-mais-o-indio-e-um-ser-humano-igual-a-nos-diz-bolsonaro-em-transmissao-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 31 maio 2023.

HIRST, M.; MACIEL, T. BRAZIL’S FOREIGN POLICY IN THE TIME OF THE BOLSONARO GOVERNMENT. *SciELO Preprints*, 2022. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771>. Acesso em: 10 jun. 2023.

IANNI, Octavio. A questão nacional na América Latina. *Estudos Avançados*, v. 2, n. 1, p. 5-40, 1988.

ICL. Câmara aprova MP dos ministérios com pastas do Meio Ambiente e dos Povos Indígenas desidratadas e recriação da Funasa. *ICL Economia*, [S.l.], s/p, 01 jun. 2023. Disponível em: <https://icleconomia.com.br/camara-aprova-mp-dos-ministerios/>.

Acesso em: 31 maio 2023.

JUNQUEIRA, Cairo; MILANI, Liévia. “Regionalismo Governamental” Sul-Americano: deficiências institucionais e dependência internacional. *Mundo e Desenvolvimento*, v. 2, n. 3, p. 65-88, 2019.

MAGAGNA, Deborah; CAMPEDELLI, André. Uma quarta-feira a ser esquecida. *ICL Economia*, [S.l.], 01 jun. 2023. Disponível em: <https://icleconomia.com.br/artigo-uma-quarta-feira-a-ser-esquecida/>. Acesso em: 1 jun. 2023.

PEIXOTO, Roberto. Cúpula da Amazônia: entenda o que ficou de fora e o que entrou no acordo assinado pelos 8 países. *G1*, [s. l.], 9 ago. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/meio-ambiente/noticia/2023/08/09/cupula-da-amazonia-termina-com-criticas-sobre-falta-de-aco-es-concretas.ghtml>. Acesso em: 20 out. 2023.

RODRIGUES, Paloma; BORGES, Beatriz. Lula diz ter 'firme convicção' de que é preciso 'reavivar compromisso com a integração sul-americana'. *G1*, [S.l.], s/p, 30 maio 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/30/lula-abre-cupula-de-presidentes-da-america-do-sul-com-discurso-por-integracao-regional.ghtml>. Acesso em: 31 maio 2023.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SALIM, Leila et al. *Nunca Mais Outra Vez: 4 anos de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro*. Observatório do Clima, [S.l.], s/p, 30 maio 2023. Disponível em: <https://www.oc.eco.br/nunca-mais-outra-vez-4-anos-de-desmonte-ambiental-sob-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 31 maio 2023.

STUCKERT, Ricardo. *Consenso de Brasília – 30 de maio de 2023; veja a íntegra das resoluções*. PT, [S.l.], s/p, 30 maio 2023. Disponível em: <https://pt.org.br/consenso-de-brasilia-30-de-maio-de-2023-veja-a-integra-das-resolucoes/>. Acesso em: 31 maio 2023.